

A AGRICULTURA FAMILIAR COMO ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL: PARA UM APRIMORAMENTO CONCEITUAL

Paiva, Dênis Mateus de¹

Alves, Cleber Rocha²

Gomes, Sandra Pontes³

Resumo

O acelerado avanço demográfico mundial tem causado preocupação para governantes ao redor do mundo globalizado, que se vem forçados a compatibilizar a oferta alimentícia com indicadores de sustentabilidade ambiental. Nesse contexto a agricultura familiar desponta como alternativa altamente viável para sanar essa questão. O objetivo desta pesquisa é expor a agricultura familiar como alternativa sustentável para suprir as necessidades da população global, para tanto o presente trabalho apresenta uma revisão teórico-bibliográfica do desenvolvimento da agricultura familiar por meio do emprego da agricultura orgânica como opção. O trabalho foi dividido em tópicos que iniciaram apresentando uma contextualização histórica seguida de exposições teóricas que envolvem pontos considerados fundamentais para desenvolvimento do tema.

Palavras Chave: Agricultura familiar. Desenvolvimento sustentável. Produto orgânico. Meio ambiente.

¹ Mestre em Economia. Especialista em Gestão Financeira e Controladoria. Professor no Instituto de Educação Superior de Pouso Alegre e nas Faculdades Integradas ASMEC de Ouro Fino.

² Mestre em Educação. Especialista em Controladoria, Auditoria e Perícia Contábil. Professor no Instituto de Educação Superior de Pouso Alegre e nas Faculdades Integradas ASMEC de Ouro Fino.

³ Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. MBA Executivo Gestão em Estratégia Empresarial. Professora nas Faculdades Integradas ASMEC de Ouro Fino.

1. Introdução

As disparidades sociais vistas ao redor do planeta aliadas a um grande crescimento populacional traz a tona uma grande preocupação aos governantes, compatibilizar a oferta de alimentos com a demanda de modo sustentável. Solucionar o problema da escassez alimentícia, ao mesmo tempo em que se busca superar a crise social e ambiental, se tornou um grande desafio às instituições. Passou-se a buscar formas de desenvolvimento sustentável, de modo que o atendimento às demandas do presente não viessem a inviabilizar de algum modo que as gerações futuras também pudessem prover suas necessidades de abastecimento.

O presente artigo é dividido em três partes, além desta introdução, que fazem um estudo do modelo de desenvolvimento rural sustentável com intuito de ponderar sobre a importância da agricultura orgânica para o desenvolvimento da agricultura familiar. Para isso, será apresentado inicialmente um breve contexto histórico acerca do surgimento da evolução do Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS), apresentando as discussões sobre o entendimento do tema em suas duas principais correntes de estudo além de alternativas e estratégias adotadas. Posteriormente, realizar-se-á uma apresentação de algumas das principais características da agricultura familiar bem como justificativas para sua viabilidade. Demonstrar a distinção existente entre os modelos familiar e patronal torna-se imprescindível neste ponto. Por último, será tratado do desenvolvimento da agricultura familiar através da utilização da agricultura orgânica como alternativa, apontando vantagens e desvantagens e razões que tornam tal estratégia viável.

Para tanto, o trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica de cunho teórico, fazendo uso de artigos científicos, publicações acadêmicas e obras que dissertem acerca do assunto. Utilizando-se de resenhas, resumos e fichamentos que possibilitem demonstrar de forma coerente e consistente as propostas para consolidação da agricultura familiar de modo sustentável.

2. O Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS)

Após a Segunda Guerra Mundial a matriz energética da economia era baseada no consumo de recursos naturais não renováveis como condição básica e necessária para os países abandonarem o atraso econômico. Contudo, este padrão de crescimento além de ter se mostrado insuficiente, apresentou grave viés ambiental, o que induziu a questionamentos sobre a possibilidade de enfoques mais respeitosos ao meio ambiente, socialmente desejável, e “politicamente aceitáveis e viáveis sob o ponto de vista econômico” (Costabeber e Caporal, 2003).

A partir disso, passa a agregar à ideia de desenvolvimento a noção de sustentabilidade que ganha um conceito oficial em 1987, através do relatório Brundtland, que em síntese diz que para o desenvolvimento ser sustentável é necessário a satisfação das necessidades atuais sem comprometer as necessidades futuras. Assim, tendo em vista a tendência a que as economias estavam sujeitas pelo paradigma anterior, esta nova convergência obriga uma alteração progressiva da economia e da sociedade para a conservação dos recursos naturais, associado ao aumento da produção e a igualdade de oportunidades para todos (CLACSO, 1994).

E é neste contexto que é elaborado o conceito de desenvolvimento sustentável, que é relativamente recente e ainda se encontra em construção. Segundo a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD, 1998), o desenvolvimento deve ser economicamente eficiente, socialmente desejável e ecologicamente prudente, ou seja, deve ser entendido como uma união dos aspectos sociais, econômicos e ambientais. No âmbito da produção rural economicamente sustentável, Veiga (1994) *apud* Mello (2007), destaca alguns objetivos que devem cercar tais empreendimentos:

- A manutenção dos recursos naturais e da produtividade agrícola, em longo prazo;
- O mínimo de impactos adversos ao ambiente;
- Retornos adequados aos produtores;
- Otimização da produção, com mínimo de insumos externos;
- Satisfação das necessidades humanas de alimentos e renda;
- Atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais

Adicionalmente, organismos como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) recomendam alguns procedimentos para a busca de um meio rural sustentável, deve haver a integração vertical entre a agricultura e a pecuária, a rotação de culturas, a indução de práticas de controle integrado de pragas (MIP), a utilização de adubação orgânica, a conservação do solo, e a utilização de sistemas agroflorestais.

Para Costabeber e Caporal (2003) a busca pela sustentabilidade deve ser orientada sob uma perspectiva holística, observando seis dimensões, tais quais:

- Econômica; Social; Ecológica; Cultural; Política; Ética.

Com relação à dimensão ecológica os autores focam na manutenção e recuperação dos recursos naturais como sendo um aspecto central na busca pela sustentabilidade. A dimensão social está ao lado da dimensão ecológica, já que um produto ambientalmente sustentável só adquire importância se consumido entre os diversos grupos sociais. Ainda relacionado a esta dimensão, ela inclui também a busca por melhorias na qualidade de vida através da produção e consumo de alimentos com qualidade biológica superior, o que significa eliminação de insumos tóxicos sob novas combinações tecnológicas, ou mediante novas aceções éticas e morais.

Já a dimensão econômica está relacionada à reflexão sobre os efeitos deletérios ao meio ambiente, em função de aumentos de produção e produtividade, que em geral não consideram que externalidades negativas ao meio ambiente provoquem em curto ou médio prazo redução na renda e a dependência cada vez maior de fatores externos. Segundo os mesmos, seria possível conquistar a sustentabilidade dos agroecossistemas mediante balanços agroenergéticos positivos, compatibilizando a produção agropecuária com o consumo de energias não renováveis, em outras palavras isso quer dizer, conseguir através da própria produção agrícola os insumos necessários à atividade produtiva, sem recorrer, ao consumo de produtos originados de matriz energética não renovável.

Alusivo à dimensão cultural estaria o respeito às tradições culturais, como o saber, os conhecimentos e os valores locais. Deste modo, do ponto de vista do DRS a agricultura deveria ser entendida como uma atividade econômica e sociocultural. A dimensão política tem a ver com o processo de participação popular e democracia, considerando as relações de diálogo e integração social, de representação em

espaços comunitários ou em conselhos políticos e profissionais, considerando os aspectos referentes às dimensões ecológicas, social, econômica, cultural e política.

Já a dimensão ética relaciona-se com as bases epistemológicas que deram origem ao surgimento da crise, que nesse sentido, relacionaria, de modo prático, as ações que responsabilizariam os indivíduos, como forma de *contrato social*, à conservação do meio ambiente. Segundo o texto, a dimensão ética requer também que se fortaleçam princípios e valores que expressem a chamada solidariedade sincrônica, relacionada às gerações atuais, e diacrônicas, entre a geração atual e futura.

Segundo Costabeber e Caporal (2003) há duas grandes correntes que versam sobre a sustentabilidade, a ecotecnocrática e a ecossocial. A primeira, em termos gerais defende a ideia de que os recursos são quase ilimitados e substituíveis, predominando certo otimismo tecnológico de que os indivíduos poderiam trocar diversas fontes de recursos naturais por outras ao longo do tempo, dentro de um processo de “substituição sem fim”. Nesta lógica, seria apenas necessária a prudência no uso dos recursos naturais enquanto o padrão tecnológico não encontrasse novas fontes substituíveis de energia.

E a segunda corrente, a ecossocial, considera que os recursos naturais são limitados e finitos, recomendando prudência quanto ao seu uso, pois a substituição deles só aconteceria de forma relativa, e não absoluta. Isso quer dizer que, não haveria substitutos perfeitos, ou seja, os sistemas teriam perdas com o esgotamento de determinada fonte de recurso, independente de ter-se encontrado substitutos (imperfeitos).

Segundo autores, a corrente ecotecnocrática estaria mais próxima do padrão tecnológico dominante, assim o modelo convencional estaria se adaptando à incorporação de um novo padrão tecnológico semelhante à Revolução Verde priorizando, o uso de insumos de origem industrial, o conhecimento científico em prejuízo a outras formas de saber, a especialização da produção agrícola, ganhos de escala e de produtividade sob artificialização dos agroecossistemas, colocando sob risco sua própria produtividade em médio e longo prazo. E, levando em conta que esta corrente, embora considere a hipótese de equilíbrio entre o uso dos *inputs* locais e industriais, a lógica de mercado, a que ela está associada, promoveria a possibilidade de aumento das desigualdades sociais e a degradação de recursos naturais não renováveis.

Já a perspectiva ecossocial, defende mudanças na agricultura baseada na adoção de alternativas produtivas ao atualmente estabelecido, com a busca pela harmonia entre os conhecimentos ecológicos, sociais, econômicos, culturais. Assim, estaria essa perspectiva associada a um amplo conceito de sustentabilidade, que se afasta das utilizadas atualmente, não se limitando apenas aos estímulos de mercado, mas a uma construção social baseada em novos valores éticos de relação do homem com a natureza.

Seguindo essa perspectiva ecossocial, Costabeber e Caporal (2003) traçam duas alternativas para o desenvolvimento rural sustentável, sendo a primeira com um enfoque agroecológico que enfatiza a transição do modelo atualmente vigente de desenvolvimento rural e de agricultura convencional para o de agricultura sustentável. Sob esse enfoque encontra-se o uso da Ecologia para a construção de formas de manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis, considerando diversas fontes de conhecimento, inclusive as experiências locais.

Ademais, também é levada em conta a existência de três níveis de conversão dos atuais sistemas produtivos rurais para agroecossistemas sustentáveis. O primeiro estaria relacionado ao incremento de práticas convencionais em detrimento do uso de inputs externos de alto custo, escassos e que provocam efeitos negativos ao meio ambiente. O segundo refere-se à substituição dos insumos convencionais por alternativos. E o terceiro significaria o redesenho dos agroecossistemas para que eles funcionassem dentro de um padrão sustentável.

A segunda alternativa lançada pelo enfoque ecossocial é a agricultura familiar, que para os autores guarda um valor importante na perspectiva da agricultura sustentável, já que ela funciona dentro de uma lógica diferente daquela que impulsiona a agricultura capitalista. Segundo eles, a agricultura familiar brasileira possui três características essenciais: a unidade de produção é gerenciada pelos indivíduos que mantém laços de parentesco ou matrimônio; a maior parte do trabalho é realizada pelos próprios membros familiares; e a terceira é que a propriedade dos meios de produção pertence à família.

Destarte, são apresentadas três estratégias para o apoio ao desenvolvimento rural sustentável:

A primeira é a agricultura familiar, já que ela possui grande capacidade de contribuir para o alcance de maior segurança e soberania alimentar, e características favoráveis ao alcance dos seguintes aspectos outros: *i*) multifuncionalidade e policultivos; *ii*) eficiência produtiva e eficiência energética e/ou ecológica; *iii*) conservação dos recursos naturais não renováveis; *iv*) proteção da biodiversidade e

sustentabilidade futura; v) manejo meticuloso e fino (especialmente dos solos); e vi) atividades artesanais de menor impacto ambiental e com maior relevância social” (Costabeber e Caporal, 2003).

A segunda dessas estratégias refere-se a novas formas de comercialização dos produtos, já que embora a agricultura familiar, segundo eles, é o motor desse processo, ela demanda também formas de distribuição alternativas que não a deixe tão dependente do mercado, sendo o associativismo e cooperativismo bons exemplos disso, já que deste modo poderiam melhor se defender diante de perdas econômicas. Para tanto, citam algumas formas alternativas de comercialização: i) a criação de redes de confiança entre agricultores e consumidores, permitindo o resgate e a manutenção de determinados hábitos alimentares; ii) a valorização de circuitos curtos de mercadorias com o objetivo de aumentar a eficiência ecológico-energética da produção e distribuição de alimentos; iii) o fomento ao comércio solidário, especialmente por produtos “ecologicamente corretos”; iv) o apoio ao consumo institucional por produtos de qualidade superior para o atendimento de escolas, creches, hospitais, etc.

E a terceira se relaciona à superioridade das comunidades locais face uma maior relevância nos processos de diagnóstico e de planejamento participativo para o desenvolvimento rural, baseado na reconstrução social em que conte com a participação efetiva dos atores locais, prevalecendo as necessidades sociais e culturais, de modo que se aproveitem as oportunidades locais, os aspectos econômicos da inserção no mercado, e os recursos naturais sob o uso responsável fundamentado na sustentabilidade. Assim, eles defendem Planos de Comunidade para a criação de novos desenhos de planejamento, objetivando o recolhimento de dados para a elaboração de planos de desenvolvimento cada vez maiores, a saber: Planos Municipais de Desenvolvimento Rural, ou Planos de Desenvolvimento Rural Microrregional e Regional.

3. A agricultura familiar sustentável

Pode-se considerar que a agricultura familiar (a.f.) não é uma categoria social recente, e nem também é considerada uma categoria nova na sociologia rural. Segundo Mello (2007), ela possui quatro milhões de pequenas propriedades rurais que empregam 80% da mão-de-obra no campo e produzem 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira.

Uma pesquisa realizada pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e apresentada em Mello (2007),

encontrou como peculiaridades da agricultura familiar a proximidade entre o trabalho e a gestão da propriedade, a diversificação a atividade produtiva, na durabilidade dos recursos, na qualidade de vida, na utilização do trabalho em caráter complementar, na tomada imediata de decisões em razão da imprevisibilidade do processo produtivo.

Mas pode se pensar em agricultura familiar sustentável também como uma insatisfação ao *status quo* da agricultura moderna, contra a devastação dos recursos naturais, na busca pelo fornecimento de produtos saudáveis livres de agrotóxicos, mas se aproveitando em certa medida do desenvolvimento tecnológico. Veiga (1996), por exemplo, faz uma clara distinção os dois modelos de desenvolvimento agrícola existente no Brasil:

Quadro 1 – Modelos de desenvolvimento agrícola

MODELO PATRONAL	MODELO FAMILIAR
Completa separação entre a gestão e o trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção dos processos produtivos assegurada diretamente pelos proprietários
Ênfase na especialização	Produção diversificada
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida
Trabalho assalariado preponderante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas para eliminação de decisões “de momento”	Decisões imediatas associadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo
Tecnologias voltadas principalmente à redução de necessidades de mão-de-obra	Tomada de decisões “in loco” condicionada pelas especificidades dos processos produtivos
Pesada dependência de insumos comprados	Ênfase no uso de insumos internos

Fonte: Veiga (1996)

Segundo o autor, a agricultura familiar é cada vez mais influenciada por um conjunto de pressões advindas dos países desenvolvidos que buscam a conservação do meio ambiente. Neste contexto, há três frentes de atuação para o desenvolvimento sustentável:

- O combate à degradação ambiental provocada pelo processo modernizador do século XX;
- A exigência de novas regras disciplinares para o sistema agroalimentar;
- E, a iniciativa de práticas adequadas à preservação dos recursos naturais e à distribuição de alimentos mais saudáveis.

Há, no entanto, opositores dessas ideias com o principal argumento, da necessidade de se intensificar a produtividade das zonas agrícolas para que se possa atender a uma demanda mundial crescente por alimentos nas próximas décadas, de onze ou doze bilhões de habitantes, justificando que as preocupações ambientais constituiriam fator agravante no futuro para essa oferta de alimentos.

Para ele, a agricultura patronal no Brasil concentra a renda e produz exclusão social, diferentemente da agricultura familiar que além de ser mais justo economicamente, é melhor do ponto de vista social e cultural. Para ele, é justamente na agricultura familiar que reside as muitas vantagens em relação a agricultura patronal para a busca da sustentabilidade (que se baseia na estabilidade, na flexibilidade e na equidade), dado o seu grau de diversificação e flexibilidade do processo decisório.

Para tanto, a ideia de sustentabilidade deve-se livrar das velhas acepções como a que a agricultura familiar é associada, como por exemplo, que é uma atividade de baixa renda, baseada na pequena produção, na agricultura de subsistência, já que em nada isso contribui para se resolver os problemas e enfrentar um mercado competitivo. De acordo com Mello (2007), ela deve ser compreendida como sendo um segmento que detém forte influência econômica e social, que na busca pela sustentabilidade, devem conter os seguintes direcionamentos:

- A racionalização dos recursos energéticos;
- Redução das perdas de nutrientes do solo;
- O uso da reciclagem dos nutrientes;
- A produção local de cultivos adaptados ao meio natural e socioeconômico;
- Obter um excedente líquido desejável, com um mínimo de degradação do solo;
- Promover um sistema agrícola potencialmente resiliente;

Neste sentido, o espaço rural deve ter sua dimensão ampliada, entendida muito além da produção de alimentos, fibras e energia. Já que também é depositário da biodiversidade, do patrimônio paisagístico e além de uma multiplicidade de atores sociais. Mello (2007) define uma agricultura familiar sustentável como aquela que:

- É produtiva, mantendo ou melhorando a produção;
- É estável, reduzindo os seus possíveis riscos;

- É ambientalmente sadia, protegendo e recuperando os recursos naturais;
- Previne a degradação dos solos;
- Preserva a biodiversidade, mantendo a qualidade o ar e da água;
- É viável economicamente;
- É igualitária, assegurando os recursos naturais a todos os grupos sociais;
- É autônoma, garantindo a subsistência e autonomia de todos os grupos envolvidos na produção;
- É participativa, quando construída coletivamente por processo democrático;
- É humana, pois satisfaz as necessidades básicas dos envolvidos;
- Que promove a emancipação das gerações atuais e futuras;
- E, que preserva a cultura local das comunidades;

Neste sentido, a agricultura familiar e sua inclinação à sustentabilidade podem ser vistas como algo mais amplo do que simplesmente a adoção de práticas ambientais a pequenas produções agrícolas, pois na medida em que detém elementos como a participação popular, distribuição de recursos, e o respeito às culturas locais, observa-se uma outra perspectiva sobre esta relação, de um ponto de vista mais humano, recolhendo o olhar dos fins, e focando mais nos meios como esses processos são produzidos.

4. A agricultura orgânica como alternativa para o desenvolvimento da agricultura familiar

A discussão da importância e do papel da agricultura familiar vem sendo impulsionada devido ao foco dado ao desenvolvimento sustentável associado à geração de emprego e renda. E, neste contexto, a produção orgânica tem contribuído significativamente para a dinâmica deste setor, Campanhola e Valarini (2001), por exemplo, elencam cinco possíveis razões:

- A preocupação dos consumidores com os riscos da ingestão de alimentos que contenham resíduos de agrotóxicos;
- O movimento ambientalista organizado contribui para o aumento do dinamismo do setor;
- Influência religiosa, como a Igreja Messiânica que defende a ingestão de alimentos que possuam uma relação harmoniosa com a natureza;

- Reinvidicação dos movimentos sociais contra o domínio da agricultura pelas grandes corporações internacionais;
- O “marketing” das grandes redes de supermercados seguindo uma tendência dos países centrais pode ter influenciado esta demanda

Eles ainda destacam alguns argumentos sobre os quais a agricultura orgânica também se mostra viável para a utilização de pequenos agricultores:

- A pequena produção orgânica em geral possui maior desempenho econômico, já que a grande propriedade requer maior escala produtiva para enfrentar as oscilações dos preços das commodities;
- Possui um nicho de mercado bem definido que geralmente aceitam pagar um sobrepreço por esses produtos;
- Agricultores bem organizados conseguem sua inserção em redes, o que facilita a comercialização dos produtos;
- A oferta de alguns produtos não desperta o interesse dos grandes produtores, o que abre a possibilidade da produção para esses indivíduos;
- A agricultura familiar orgânica possui menos dependência de insumos externos devido a uma menor área cultivada e a uma maior facilidade de manejo e possibilidades de arranjos produtivos, e à possibilidade de diversificação de cultura, o que lhe permite maior uma maior estabilidade econômica durante o ano.

Abaixo, segue um quadro comparativo que elenca as vantagens e desvantagens para o pequeno agricultor orgânico na ocasião dos empreendimentos, na visão dos autores supracitados:

Quadro 2 – Vantagens e desvantagens ao produtor

PRODUTOR ORGANICO AGROPECUÁRIO	
Maiores Vantagens	Maiores Dificuldades
Possui viabilidade na pequena produção permitindo a produção e a venda em pequena escala;	Na ocasião da venda dos produtos a distribuidores e redes varejistas, o pequeno volume da produção inibe a formalização de contratos mais elásticos;
Existe a possibilidade de diversificação do empreendimento;	Apesar da gestão do negócio ser geralmente feita pelo produtor, há baixa capacitação gerencial o que provoca instabilidade ao empreendimento;

Gera mais empregos;	Há pouca pesquisa científica na área da agricultura orgânica;
Possui menor dependência a insumos externos;	Há carência de assistência técnica na rede pública;
Com uma escala produtiva menor, e o maior manejo produtivo, o uso de agrotóxicos pode ser eliminado;	Apesar de a agricultura familiar orgânica demandar maior contingente de trabalhadores, nem sempre é incorporada adequadamente pela unidade, o que gera sobre carga de trabalho aos demais;
Preservação da biodiversidade no solo;	Há dificuldades financeiras, e também impedimentos do acesso ao crédito fornecido instituições bancárias;
Os produtos orgânicos possuem maiores valores comerciais;	Há muitos custos para a certificação e manutenção da garantia do selo orgânico;
Maior vida útil dos produtos após colheita;	Há dificuldades no processamento dos produtos orgânicos;
Mais fácil acesso aos agricultores que ainda não utilizam a agricultura moderna	Há, se mal gerido, a possibilidade efeitos ambientais negativos pela agricultura familiar;

Fonte: Campanhola e Valarini (2001)

Em síntese, os argumentos sobre o uso da agricultura orgânica apontam para uma tendência contrária ao atual modelo de produção agrícola baseada na utilização de agrotóxicos e insumos industrializados e, no domínio da produção agrícola pelas grandes corporações. Assim, a agricultura orgânica tem se mostrado uma importante alternativa a esta realidade, pois mesmo havendo dificuldades inerentes à própria atividade, como menor escala produtiva e conseqüentemente menor competitividade de seus produtos, ela consegue manter a produção e a distribuição deles, com viabilidade econômica.

Entretanto, a busca por uma agricultura orgânica possui fatores favoráveis e contrários que devem receber considerável atenção, mas que na visão desse artigo deve pesar na superação das dificuldades supracitadas, permitindo que suas vantagens encontrem um ambiente favorável ao desenvolvimento dessa atividade, levando em consideração vários fatores como a viabilidade da produção mesmo em pequena escala, a diversificação do empreendimento mesmo em pequena escala, possibilidade de geração de emprego maior que na grande produção, possibilidade de eliminação de agrotóxicos na produção, maior preservação do solo e de sua biodiversidade, maior facilidade de acesso aos agricultores do que na agricultura moderna.

5. Considerações finais

Neste artigo foi apresentado inicialmente um contexto histórico sobre o surgimento das ideias voltadas ao desenvolvimento sustentável, as dimensões a que elas devem estar associadas, o que mostrou que há um entendimento sobre o tema sustentabilidade de forma mais ampla; foram mostradas também as duas principais correntes de estudo, a ecossocial e a ecotecnocrática; além de,

na visão de Costabeber e Caporal (2003), duas alternativas e três estratégias ao desenvolvimento rural sustentável.

Outrossim, foi realizada uma diferenciação entre os modelos patronal e familiar; as principais características da agricultura familiar e algumas razões pelas quais tornam-na viável, e ainda superior em relação ao modelo patronal no que compete à sua aptidão a uma produção rural sustentável. Foi tratado também do tema relacionado à agricultura orgânica e sua importância para desenvolvimento da agricultura familiar, apresentando ainda as razões que tem impulsionado este setor; alguns determinante que também lhe torna viável; além de um quadro comparativo que mostra as vantagens e desvantagens para este produtor.

Por fim, pode-se entender que há uma forte ligação entre os objetivos almejados pela sustentabilidade e a consolidação da agricultura familiar, já que o modelo baseado na grande produção guarda uma lógica pouco favorável ao desenvolvimento sustentável, o que faz em pior hipótese da pequena produção no mínimo uma alternativa ao modelo patronal, ora caracterizado como deletério ao meio ambiente. Nesta perspectiva, espera-se que a sociedade aprofunde ainda mais suas pesquisas neste campo, e opte por projetos satisfaçam as necessidades atuais, mas que não prejudiquem o uso dos recursos naturais pelas futuras gerações.

Referências

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. **A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v.18, nº 3, p.69-101, 2001.

CLACSO – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. Recife: Instituto de Pesquisas Sociais-Fundação Joaquim Nabuco, 1994.

CMMAD - Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. **“Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável”**. In: Vela, Hugo. (Org.): Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.

MELLO, R. L. **Agricultura familiar sustentabilidade social e ambiental**, 2007. Disponível em: <<http://agro.unitau.br:8080/dspace/handle/2315/137>>. Acesso em: 23 de jan. de 2014.

VEIGA, J. E. **Agricultura Familiar e Sustentabilidade**. Cadernos de Ciência e Tecnologia (EMBRAPA), Brasília, DF, v. 13, nº 3, p. 383-404, 1996.